

Meio: Bom Dia

Data: 29/12/2022

Exclusivo

ECONOMIA

Fiscalistas arrasam medida espanhola de redução do IVA nos bens essenciais: é "criação de rendas" para as empresas



getty

O governo espanhol reduziu o IVA de produtos básicos a zero para limitar o impacto da inflação. Ao **Expresso**, vários fiscalistas dizem que o impacto nos preços poderia ser limitado ou inexistente em Portugal

29 DEZEMBRO 2022 15:33

Pedro Carreira Garcia

Espanha aprovou esta semana [o terceiro pacote de medidas de apoio ao poder de compra](#), para limitar o impacto negativo da inflação junto das famílias. Uma das medidas mais emblemáticas reduz o IVA pago em bens de primeira necessidade, como pão, leite, frutas e legumes de 4% para 0%. No caso dos azeites e massas - que registaram aumentos muito significativos desde o início da guerra na Ucrânia - a taxa deste imposto cai de 10% para 5%.

O executivo liderado por Pedro Sánchez defende, [no comunicado divulgado na terça-feira](#), que esta medida visa “aliviar a subida [de preço] dos produtos agroalimentares”. Em Portugal, os fiscalistas ouvidos pelo **Expresso** desconfiam da eficácia desta medida em termos de diminuição do preço a pagar, comparando com decisões semelhantes a nível do IVA tomadas por cá em setores como o da restauração, ginásios ou espetáculos. O resultado, defendem, acaba por ser o Estado prescindir de receita fiscal para aumentar as margens das empresas.

“A dificuldade começa logo por definir quais são os bens de primeira necessidade”, diz ao **Expresso** José Xavier de Basto, professor jubilado da Universidade de Coimbra conhecido como “pai do IVA” por ter presidido à Comissão do Imposto sobre o Valor Acrescentado, entre 1980 e 1985, que introduziu o imposto no País. A sua equipa negociou igualmente com a antiga Comunidade Económica Europeia (CEE) a isenção de IVA num cabaz de produtos tidos como essenciais à época, isenção abolida em 1992.

“Na carne vai-se distinguir a carne normal da do lombo? No peixe, se for caviar já não é?”, ironiza, recordando que estes problemas já são conhecidos pela administração fiscal, tendo em conta a existência atual de diferentes taxas de IVA para diferentes produtos.

“O que temo com uma taxa zero neste momento é que dê origem a rendas para os setores. Isto é, não só que não paguem como encaixem e aumentem a margem. Não havendo controlo de preços, como não pode haver, como é evidente, a gente não sabe bem se ao reduzir a taxa vai reduzir os preços”, avalia.

O fiscalista defende que uma medida mais eficaz seria a subsídio direta das famílias mais impactadas pela subida dos preços - apesar de a inflação afetar todos, impacta negativamente de forma desproporcional os agregados com menos rendimentos. Medidas destas vão “diminuir bastante as receitas” do Estado, “porque neste cabaz de bens há um valor grande de IVA que tem de ser substituído, se formos responsáveis financeiramente”.

Uma medida destas pode servir para as margens de lucro das empresas - a “criação de rendas”, diz - com a agravante de “não ser possível verificar se é assim ou não, já que a formação de preços é muito complexa”, avalia.

DESCIDA DO IVA NÃO BAIXOU PREÇOS

Fiscalistas como Susana Claro, especialista em impostos indiretos da PwC, e Rogério Fernandes Ferreira, sócio fundador da RFF & Associados, ecoam os argumentos do “pai do IVA” em relação às medidas do Governo espanhol, e recordam o impacto limitado, em termos de diminuição dos preços, de medidas semelhantes em Portugal.

Uma estimativa do impacto fiscal de uma medida do género em Portugal é difícil de fazer, já que não há dados públicos relativos à receita fiscal de cada produto, diz Susana Claro ao **Expresso**. Setoriais, há. Por exemplo, em 2016, [estimava-se a perda de receita fiscal em 350 milhões de euros para o ano seguinte](#) decorrente da redução parcial do IVA na restauração.

Mas dá, diz, para se fazer avaliações de medidas semelhantes como a redução do IVA na restauração, nos ginásios e nos espectáculos. E, apesar de desconhecer estudos sobre a evolução dos preços depois da aplicação destas medidas, arrisca que o objetivo pode nem ter sido uma diminuição do custo dos serviços.

“Se olharmos para o caso dos restaurantes e dos espectáculos, a medida foi muito mais pensada no prestador de serviço do que propriamente no consumidor, no sentido de manter o preço e aumentar a margem numa altura em que enfrentavam dificuldades económicas e financeiras”, defende.

Em 2008, o executivo à época liderado por José Sócrates [anunciou uma descida do IVA em um ponto percentual, de 21% para 20%](#), uma medida descrita pelo antigo primeiro-ministro como mais justa: “o IVA beneficiará todos, mesmo os cidadãos que não pagam IRS”, disse à época. Viria a ser revertida aquando dos anos de intervenção da *troika*, que levou o Governo a aumentar a taxa normal de IVA para os 23%.

Meses antes, no Orçamento do Estado para 2008, com o objetivo de promover a atividade física, o Governo reduzia a taxa de IVA a entregar pelos ginásios ao Estado de 21% para apenas 5%, decisão que viria a dar celeuma, com o Governo a remeter para o regulador uma investigação sobre os preços no setor.

Um relatório da Autoridade da Concorrência concluía, em 2009, que as cadeias de ginásios aumentaram os preços no período, [num reforço das margens de lucro que chegou a rondar os 16 pontos percentuais](#). Porém, a instituição na altura liderada por Manuel Sebastião [arquivou o processo](#) por considerar “não existirem indícios de práticas restritivas da concorrência susceptíveis de serem imputadas às empresas envolvidas no presente processo”, isto é, concertação de preços.

Em 2015, o Governo socialista e os parceiros da chamada geringonça, o BE e o PCP, chegaram a acordo para a redução parcial do IVA na restauração, que passou de 23% para 13% com a reposição da chamada taxa intermédia, mas aplicada apenas aos serviços de alimentação, água lisa, e cafetaria. [Os preços não desceram](#), tal como, de resto, [já tinha sido admitido pelos representantes do setor ainda antes da aprovação da medida](#).

Outra medida emblemática de mexidas neste imposto foi [a redução do IVA para a taxa reduzida de 6% em alguns espectáculos em 2019](#), regressando à taxa pré-*troika*, [apesar da desconfiança à época sobre o impacto na formação dos preços](#).

“MEDIDA DESADEQUADA” PARA BAIXAR PREÇOS

Rogério Fernandes Ferreira concorda e diz ao **Expresso** que “é evidente que isto pode ter um efeito [nos preços], mas é sempre um efeito marginal” e que o Governo não vai cair na tentação de “tomar medidas semelhantes, e faz bem”. “É uma medida desadequada do objetivo que se pretende e espero que o Governo português não siga o espanhol nesta questão”, acrescenta.

Porque “as receitas cessantes são muito mais difíceis de controlar do que a despesa direta”, avalia Rogério Fernandes Ferreira, “é muito melhor, e muito mais adequado o subsídio direto, não só porque é controlado como se percebe facilmente o efeito que tem”.

Subsídio direto esse que, à semelhança do distribuído em Portugal no Natal, também está incluído no pacote de medidas do líder de governo espanhol. As famílias com rendimentos até 27 mil euros anuais poderão solicitar um cheque de 200 euros, [abrangendo potencialmente um total de 4,2 milhões de agregados, segundo o El País](#), ou cerca de 22% dos lares espanhóis.

Este número compara com o de agregados portugueses que auferem até 27.500 euros anuais, cerca de 4,5 milhões, ou 82% dos agregados que auferiram rendimentos em 2020, [segundo dados do Pordata](#).